

À COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019 PROCESSO 08129.007022./2019-84

Cesar Augusto Bagatini, brasileiro, casado, Leiloeiro Público Oficial matriculado no Distrito Federal nº 92/JUCIS-DF, com escritório na SHIS, QI 09, Conjunto 4, Casa 15, Lago Sul, Brasília/DF, CEP 71.625-040, vem perante a esta Comissão Especial de Credenciamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública, fundamentado na Lei nº 8.666/1993, IMPUGNAR os subitens do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019, nos termos que segue:

Item 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

IMPUGNAR o subitem **4.2.6.4. “Esteja atuando como advogado em processos judiciais”** em razão desta condição ser utilizada exclusivamente no Poder Judiciário por previsão no Código de Processo Civil e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, não sendo aplicado no Poder Executivo e nem no Poder Legislativo por falta de previsão na Lei de Licitações nº 8.666/1993. Esta condição exclui do credenciamento os Leiloeiros formados no curso de Direito que também exercem a profissão de advogado e que atuam nas diversas outras áreas do direito (civil, tributário, trabalhista, eleitoral) na área criminal. Em verdade a militância na advocacia vem agregar o conhecimento técnico dos procedimentos processuais perante os tribunais, o que evita os habituais erros provocados pela má elaboração dos editais e possíveis nulidades das hastas públicas. Em se tratando de credenciamento de leiloeiro para alienação de bens apreendidos nas operações contra o crime de tráfico de drogas, a condição deveria restringir aos leiloeiros que militam na advocacia criminal. Estender a condição a todos os leiloeiros oriundos da advocacia é um erro que não traz benefício aos procedimentos da hasta pública.

Face ao exposto, impugno o subitem 4.2.6.4 e requeiro a retificação do edital para excluir a referida condição ou para retificar o item, restringindo apenas aos advogados que atuam em processos judiciais criminais.

Item 5. DA HABILITAÇÃO

IMPUGNAR o subitem **5.5.3. “Declaração atestando a regularidade do Leiloeiro Oficial perante a Junta Comercial do estado”** em razão das Juntas Comerciais não emitirem Declarações ratificando a regularidade do profissional e em razão do documento exigido no subitem 5.5.2 “Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial emitida pela Junta Comercial do estado” ser o documento capaz de suprir todas as informações decorrentes da regularidade da matrícula e do exercício profissional de leiloeiro.

Face ao exposto, impugno o subitem 5.5.3 e requeiro a retificação do edital para excluir a referida exigência.

IMPUGNAR os subitens: **“5.8.4. Documento que ateste o efetivo exercício de atividade como leiloeiro por, no mínimo, 3 (três) anos;”** e **“5.8.5. Demonstrativo do montante financeiro despendido com publicidade dos leilões comprovadamente realizados, nos exercícios de 2017, 2018 e 2019, através de declarações fornecidas ao participantes pelas empresas jornalísticas ou de publicidade;”**. A impugnação a estes subitens decorre de evidente **cláusula de barreira** imposta para excluir do credenciamento os leiloeiros públicos oficiais matriculados há menos de 3 anos e restringir o acesso ao credenciamento a apenas aos leiloeiros pioneiros.

Esta exigência da comprovação do exercício profissional mínimo de 3 anos é utilizada exclusivamente no Poder Judiciário – por previsão no Código de Processo Civil e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça – para credenciamento de leiloeiros a serem designados pelos juízos a promoverem a hasta pública exclusivamente em processos judiciais. Esta exigência não é utilizada no âmbito da administração pública, seja da União ou dos Poderes Judiciário, Legislativo ou Executivo quando necessita da alienação de bens próprios.

A inteligência da Lei Federal 13.886/2019, que normatiza a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de drogas, não prevê procedimentos vinculados às regras do Código de Processo Civil e não cria exigência do credenciamento de Leiloeiros com experiência mínima de 3 anos.

A legislação aplicável ao credenciamento de leiloeiros é a Lei nº 8.666/1993 a qual não exige qualquer comprovação da prática do exercício profissional mínimo de 3 anos.

O Decreto 21.981/1932, que regulamenta a profissão de Leiloeiro Público Oficial impõe uma série de exigências prévias à nomeação e matrícula. Dentre as exigências estão a comprovação da regularidade civil, criminal, fiscal, tributária, além de exigir depósito de caução com a finalidade de garantir a indenização de quaisquer eventuais prejuízos causados aos contratantes.

A exigência de comprovação da prática profissional mínima não possui amparo legal.

Os subitens 5.8.4 e 5.8.5 são abusivos por não haver previsão legal da exigência da prática mínima do exercício profissional; exclui do certame os Leiloeiros profissionais habilitados com menos de 3 anos de expediência profissional e traz privilégio aos Leiloeiros pioneiros que já dominam o mercado da leiloaria.

Face ao exposto, impugno os subitens 5.8.4 e 5.8.5 do Edital de Credenciamento nº 1/2019 e requeiro a exclusão destes itens pelos motivos:

- a) falta de previsão legal da exigência da comprovação da prática profissional mínima;
- b) formação de cláusula de barreira a qual impede o exercício profissional dos Leiloeiros matriculados há menos de 3 anos nas Juntas Comerciais de seus estados;
- c) privilégio indevido aos Leiloeiros que já atuam e dominam o mercado da leiloaria;
- d) violação ao princípio da ampla concorrência previsto na Lei 8.666/1993.

Estas são as impugnações as quais devem ser analisadas pela Comissão Especial de Credenciamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública e, sobre estes argumentos, pede e aguarda deferimento aos pedidos de retificação e exclusão de exigências indevidas prevista no Edital.

Brasília/DF, 06 de novembro de 2019.

Cesar Augusto Bagatini
Leiloeiro Público Oficial
Matricula 92/JUCIS-DF

Em anexo editais de credenciamento de Leiloeiro Público Oficial dos diversos segmentos da Administração Pública para que sirvam de parâmetro para análise da presente impugnação ao Edital de Credenciamento 01/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública.